



1.

## ATA

No dia nove de dezembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Câmara Municipal de Guimarães, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, comparecendo os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado – e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Hugo Miguel Alves Ribeiro que substituiu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

### -----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

### -----INTERVENÇÕES-----

**1. Vereador André Coelho Lima** – Disse que Guimarães é das poucas cidades em que os parques de estacionamento não têm a possibilidade de pagamento por Via Verde, acrescentando considerar que esta valência estivesse contemplada no Parque de Camões, o que não veio a acontecer. Assim, perguntou se o Município de Guimarães vai aderir ao pagamento por Via Verde e, nesse caso, quando se prevê avançar. Ainda sobre as questões da mobilidade, considerou que a Câmara Municipal deveria ter uma posição muito mais firme em relação ao estacionamento irregular, já que se verifica o parqueamento em zonas proibidas quando os parques de estacionamento

têm lugares disponíveis. -----

**2. Vereador Bruno Fernandes – a)** – Referiu recentes descargas poluentes no Rio Ave em resultado da rutura das infraestruturas da empresa Águas do Norte. Disse que estas ocorrências são habituais e devem merecer preocupação e condenação, tendo perguntado ao Presidente da Câmara se tem alguma informação que a todos possa tranquilizar relativamente a esta matéria; **b)** – Referiu os últimos dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional sobre o desenvolvimento económico do concelho em que Guimarães, embora se verifique descida de desemprego, regista uma média abaixo da do distrito. Disse que Guimarães não está a ter capacidade para contrariar esta tendência por inexistência de estratégia municipal e de políticas ativas de captação e fixação de empresas no concelho. Referiu a necessidade de resolver problemas mais imediatos, apontando como exemplo os acessos ao parque industrial de S. Torcato bem como a definição de uma estratégia de fundo para o futuro, numa tentativa de inverter a estatística que vai sendo divulgada. Após a intervenção do Presidente da Câmara, insistiu nas deficientes infraestruturas, quer no parque industrial de S. Torcato, quer no parque industrial de Selho S. Lourenço, onde tão pouco existe rede de saneamento. -----

**3. Presidente da Câmara – a)** – Disse ter equacionado a aplicação da Via Verde aquando da abertura do Parque de Camões, não tendo sido logo adotada devido à percentagem exigida pela Via Verde no valor do tarifário. Afirmou já ter dado instruções aos serviços da Câmara Municipal no sentido de se avançar com o processo considerando que este equipamento é indutor do estacionamento automóvel. Referiu que o processo de instalação decorrerá, numa 1ª fase, nos parques de estacionamento e a seguir nos parquímetros. Sobre o estacionamento abusivo, disse que deve ser adotada, pelas entidades fiscalizadoras (PSP e Polícia Municipal), tolerância zero



11.  
*[Handwritten signature]*

quando exista opção para estacionamento; b) – Sobre as sucessivas descargas poluentes, disse que a Águas do Norte está a trabalhar, com emergência e prioridade, no sentido de resolver estes problemas, designadamente através da substituição de coletores. A propósito, referiu o contributo dado para este assunto pelo Ministro do Ambiente à margem da Conferência do Diálogo de Alto Nível da Plataforma China-Europa para a Água, realizada em Guimarães, ao concordar que a Águas do Norte proceda à inscrição da referida intervenção no respetivo plano de investimentos; c) - Disse que considerava que Guimarães tinha uma estratégia bem afirmada para o desenvolvimento económico, que dará resultado duradouro num futuro próximo, pois assenta no eixo gestor do território, produção de saber e conhecimento e iniciativa empresarial. Referiu a importância do Instituto Cidade de Guimarães na área da biomedicina, bem como dos Laboratórios Colaborativos (CoLAB) na transformação digital e nos biomateriais. Disse que os parques industriais do concelho estão a ser requalificados e que, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, proceder-se-á igualmente a ampliações. Referiu, ainda, a aposta num parque industrial de conceito inovador a instalar a sul do concelho, com recurso a instrumentos contratuais tais como os que serão hoje aprovados para Silves e para o quarteirão do Arquinho. A propósito, referiu a inauguração, no próximo dia 13 de dezembro, das novas instalações fabris da JOM, em Selho S. Lourenço, lembrando que as escolhas dos empresários são válidas desde que se coadunem com o desenvolvimento sustentável. Disse ter já apontado como fragilidade no desenvolvimento económico de Guimarães o comércio tradicional, afirmando ser necessário tomar medidas que o protejam e o façam prosperar. Aproveitou para informar que o valor das intervenções a executar brevemente em vias no concelho, que servirão os parques industriais instalados na área de Fermentões, Penselo e Vale de S. Torcato,

ascende a cerca de 8 milhões de euros. Apontou a necessidade de reperfilamento da estrada de acesso a S. Torcato, bem como da execução de uma rotunda para regulação do trânsito em direção a S. Torcato, Aldão e Selho S. Lourenço. Disse que o projeto de requalificação dos parques industriais de Selho S. Lourenço e Penselo está concluído, pelo que, oportunamente, será lançado o concurso público com vista à sua adjudicação. -----

**4 – Vereadora Sofia Ferreira** – Informou que o pagamento por Via Verde entra em funcionamento em janeiro próximo. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Da moção relativa ao Laboratório de Hemodinâmica do Hospital Senhora da Oliveira, aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15 de novembro de 2019, bem como do ofício remetido à Senhora da Ministra da Saúde sobre o mesmo assunto, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

**O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de dois Votos de Louvor, o que foi aceite por unanimidade.** -----

-----**VOTOS DE LOUVOR**-----

**VOTO DE LOUVOR - HORÁCIO GONÇALVES** – Presente a seguinte proposta:  
“O treinador de futebol, Horácio Gonçalves, natural de Guimarães, sagrou-se campeão nacional de futebol em Moçambique, ao serviço da equipa Costa do Sol. O primeiro lugar no campeonato moçambicano foi garantido com uma vitória em casa sobre o campeão em título, UD Songo, por 4-2, que permitiu ao Costa do Sol, orientado pelo treinador Vimaranesense, festejar o título de Campeão Nacional. Como primeiro responsável por este título, Horácio Gonçalves é amplamente merecedor de reconhecimento público, que proponho seja expresso através da aprovação do presente



A.

m

Voto de Louvor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VOTO DE LOUVOR - ATLETAS MEDALHADOS NO CAMPEONATO MUNDIAL DE JUDO PARA ATLETAS COM SÍNDROME DE DOWN** – Presente a seguinte proposta: “Os atletas da CERCIGUI/Vitória Sport Clube estiveram em destaque no Campeonato Mundial de Judo para atletas com Síndrome de Down, prova que se realizou entre os dias 29 de novembro e 02 de dezembro, no Pavilhão da EB23 de Caldas das Taipas, concelho de Guimarães. Neste evento, organizado pela ANDDI-Portugal (Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual), conquistaram a **Medalha de Ouro** ao serviço da Seleção Nacional os atletas: Nelson Emanuel Leite Silva; Susana Daniela Pereira Castro; Carlos Diogo Silva Alves; Susana Basilissa Ribeiro Sampaio; Paulo Jorge Lemos. Conquistaram a **Medalha de Prata** os atletas: Maria Manuela Castro Teixeira; Jorge Diogo Coelho Leite; Patrícia Fernandes Oliveira. E conquistou a **Medalha de Bronze** a atleta: Elisabete Maria Gonçalves Costa. Os brilhantes resultados desportivos alcançados por estes atletas vimaranenses são amplamente merecedores da nossa admiração e de reconhecimento público, que proponho seja expresso através da aprovação do presente Voto de Louvor.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO SÃO SALVADOR E GONDOMAR – PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte

proposta: “A União de Freguesias de **Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar** solicitou um apoio financeiro para a realização do **Projeto de ampliação do edifício da Junta de Freguesia**, apresentando, para o efeito, uma proposta de honorários no valor total de €9.500,00, ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de **Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €11.685,00** (com IVA incluído), destinado ao projeto acima identificado, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO** – Presente a seguinte informação: “A União de Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar, solicita a cedência de mobiliário da antiga escola EB1 de Souto Santa Maria considerando que o mesmo poderá ter grande utilidade nas atividades desempenhadas por aquela Freguesia. De acordo com informação da Divisão de Educação, atendendo a que o Município procedeu à substituição parcial do mobiliário da EB1 de Souto Santa Maria e uma vez que o existente já não respondia às necessidades do estabelecimento de ensino, existe a disponibilidade de cedência de 30 mesas duplas e 60 cadeiras de aluno. Ao referido equipamento foi atribuído



1.

o valor total de **€900,00** (novecentos euros), conforme discriminado no quadro infra. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
30 Mesas duplas	€20,00	€ 600,00
60 Cadeiras de aluno	€5,00	€300,00

Assim, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação do equipamento supra identificado à União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto São Salvador e Gondomar, devendo, em caso de concordância, o assunto ser submetida a aprovação da Câmara e, posteriormente, da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e na alínea j), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE – PROGRAMAÇÃO DE NATAL 2019 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta:  
“Tradicionalmente, a Freguesia de Ponte celebra a época natalícia através de decorações festivas e de uma programação cultural que se dirige a todas as faixas etárias, de que fazem parte, designadamente, um concerto de Natal e um passeio sénior. Dado que os recursos próprios da Freguesia são insuficientes para cobrir os custos implicados nas decorações e na programação, solicitam o apoio da Câmara Municipal. Deste modo, considerando o interesse da iniciativa para a dinamização da Vila de Ponte, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Freguesia de Ponte, de um subsídio de €2.000,00, destinado a comparticipar nos custos das decorações e da programação de Natal de 2019.”  
**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE AZURÉM – ILUMINAÇÕES DE NATAL 2019 -**

**ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta: “A celebração da época natalícia tem justificado a assunção, por parte da Freguesia de Azurém, dos custos envolvidos na contratação de iluminações alusivas à quadra, que procuram corresponder ao interesse manifestado pelos cidadãos e pelos comerciantes. Dado que os recursos próprios da Freguesia são insuficientes para cobrir os custos implicados na referida contratação, solicitam o apoio da Câmara Municipal. Deste modo, considerando o interesse da iniciativa para a dinamização da Freguesia, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Freguesia de Azurém, de um subsídio de €2.000,00, destinado a comparticipar nos custos das iluminações de Natal a instalar na quadra natalícia 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Barco solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro, para o transporte dos idosos, no dia 22 de novembro, a Guimarães. Considerando que se tratou de uma deslocação no âmbito do projeto “Gerações em Movimento” e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 26 de novembro de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----





1.

*[Handwritten signature]*

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Ronfe solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro, para o transporte dos idosos, no dia 10 de dezembro, ao Pavilhão Multiusos de Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do Projeto de Intervenção Local e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 26 de novembro de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**URBANISMO – UNIDADE DE EXECUÇÃO INSERIDA NA UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO Nº 2, SILVARES (PLANO DIRETOR MUNICIPAL) – MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica à unidade de execução inserida na unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG) nº 2, Silvares (plano diretor municipal) e ao contrato de urbanização a celebrar entre a câmara municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados (o qual resulta do desenvolvimento e aprovação da unidade de execução inserida na mencionada UOPG. Na sequência da aprovação da unidade de execução inserida na unidade operativa de planeamento e gestão nº 2, Silvares (plano diretor municipal) pelo Órgão Executivo, em reunião realizada em 12 setembro '19, e do desenvolvimento e conclusão da minuta do contrato de urbanização que suportará a concretização da unidade de execução em causa, importa agora promover a aprovação desta mesma minuta por parte do Órgão executivo municipal de

modo a que, caso favorável a decisão a tomar, a mesma possa (posteriormente) ser sujeita à submissão a deliberação da Assembleia Municipal (que, desejavelmente, deverá ser feita em simultâneo com a submissão da própria unidade de execução, agora que a mesma conhece todas as condições para tal). Refere-se ainda que, como valores financeiros relativos à comparticipação municipal inerente ao presente contrato de urbanização, verifica-se: a. €555.065,25 para execução da obra da infraestrutura viária de suporte à operação urbanística. Este valor fixou-se em função de um valor global da obra estimado em €1.954.995,00 (fornecido pela parte privada em função da assunção da elaboração do respetivo projeto). Correspondendo a uma área total da infraestrutura viária de 20.400,00 m<sup>2</sup>, conclui-se que o valor da obra por m<sup>2</sup> fixar-se-á em €95,83. A área inerente à infraestrutura viária a suportar pelo município é de, aproximadamente, 5.792,00 m<sup>2</sup>, o que se traduz num custo de obra estimado global em €555.065,25. b. €475.407,40 para aquisição de terrenos necessários à execução da infraestrutura viária. Este valor fixou-se em função de situação análoga registada em Silvares (contrato de urbanização de Silvares – variante de Silvares), em expropriação de duas parcelas destinadas à construção de infraestrutura viária. Nesse processo análogo, verificando-se um intervalo de custo por m<sup>2</sup> do terreno entre €82,08 e €90,57, e uma área de terreno global de 5.792,00 m<sup>2</sup>, com utilização do valor mais baixo do intervalo (€82,08), alcançou-se um valor global de €475.407,25. Estes valores correspondem a estimativas realizadas com valores de referência a estudo prévio da infraestrutura e situações similares de terreno, significando que, com o desenvolvimento do processo, são valores que podem, naturalmente, sofrer alterações (sendo que, ao nível dos terrenos, em função do processo em curso, poder-se-á registar plataforma de entendimento de cedência de terreno, evitando-se, assim, a



Li.  
mu

aquisição de terreno(s)). Em sequência do exposto, não sendo ainda possível indicar o valor exato relativo aos encargos que a execução deste contrato de urbanização representará para o Município, serão posteriormente apresentadas propostas para aprovação na Câmara Municipal contendo os exatos valores a assumir pelo Município, quando estes forem conhecidos. **Sem prejuízo do referido, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a aprovação da minuta do contrato de urbanização, em anexo, bem como a repartição de encargos, com base nas estimativas supra apresentadas, com impacto no exercício de 2020, nos termos e para os efeitos do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.** A minuta do contrato de urbanização dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**URBANISMO – CONTRATO DE URBANIZAÇÃO | OPERAÇÃO URBANÍSTICA NA ÁREA CENTRAL DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica às operações urbanísticas perspetivadas para o quarteirão urbano, delimitado pelas avenidas D. João IV e D. Afonso Henriques e pelas ruas da Caldeiroa e Colégio Militar, referenciadas aos pedidos de informação prévia apresentados ao município (sob os números de processo 738/18 e 910/18). Na sequência da vontade manifestada por dois promotores privados em investir na área territorial em causa e da concertação de uma solução urbanística que se julga perseguir a conjugação entre o interesse público e o investimento privado delineado, entende-se que o recurso à figura do contrato de urbanização – nos termos do regime jurídico de urbanização e edificação em vigor – se afigura

desejável na programação e formalização das condições e encargos que as partes envolvidas - dois promotores privados e a câmara municipal de Guimarães - deverão assegurar e cumprir para a boa concretização da solução urbanística preconizada. Assim, e em função da conclusão da elaboração da minuta do contrato de urbanização a celebrar, importa agora promover a aprovação desta mesma minuta por parte do Órgão executivo municipal de modo a que, caso favorável a decisão a tomar, a mesma possa (posteriormente) ser sujeita à submissão a deliberação da Assembleia Municipal. Em anexo, junta-se: 1. Minuta do contrato de urbanização; 2. Elementos processuais (planta de apresentação/implantação, perfis, memória descritiva, quadro sinótico, despacho administrativo e informação técnica de suporte das mencionadas operações urbanísticas). À consideração superior.” A minuta do contrato de urbanização e documentos processuais dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE BENS – GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente a seguinte informação: “No âmbito da abertura do procedimento por concurso público n.º 8/19 para a aquisição de bens - Gasóleo rodoviário a granel, foram aprovadas pela Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão de 27 de setembro de 2019, as seguintes despesas plurianuais: **Ano 2019 (dezembro)** - €56.000,00 + IVA; **Ano 2020 (janeiro a dezembro)** - €672.000,00 + IVA; **Ano 2021 (janeiro a dezembro)** - €672.000,00 + IVA. No entanto, devido a atrasos ocorridos no procedimento concursal (concurso público n.º 8/19), a aprovação da proposta de adjudicação está agendada para a reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2019, tendo de ser alterada a repartição de encargos em relação ao que foi aprovado, uma vez que já

L.  
mu

não se irá verificar despesa no mês de dezembro de 2019. Atendendo, ainda, ao facto de o procedimento estar sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, e o contrato não poder produzir quaisquer efeitos sem a obtenção do visto, estima-se que o fornecimento apenas se inicie no próximo ano. Assim, considerando a proposta vencedora do concurso, GASPE – COMBUSTÍVEIS, LDA., cuja adjudicação vai ser submetida à aprovação da Câmara Municipal, conforme proposto pelo Júri do Procedimento, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a retificação da repartição de encargos, até um valor máximo de €976.000,00 (novecentos e setenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da seguinte forma: **Ano 2020 (janeiro a dezembro) - €488.000,00 + IVA; Ano 2021 (janeiro a dezembro) - €488.000,00 + IVA.** A despesa enquadra-se na rubrica orçamental com a classificação económica 02.01.02.02, a que corresponde a proposta de cabimento nº 5783, de 23 de outubro de 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE BENS - GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, o relatório final, que se anexa, respeitante à aquisição de bens em epígrafe propondo a sua adjudicação ao concorrente “GASPE – Combustíveis, Lda.”, pelo preço contratual de €976.000,00, acrescido de IVA, bem como a correspondente minuta do contrato, que igualmente se anexa. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES INTERMÉDIAS PARA REFEITÓRIOS**

**ESCOLARES - ANOS CIVIS 2020/2021 - ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, a informação de análise, que se anexa, respeitante ao fornecimento em epígrafe propondo a sua adjudicação ao concorrente “Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, SA”, pelo preço contratual de €1.114.597,60, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Mais se propõe a aprovação da correspondente minuta do contrato, que igualmente se anexa. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – CEMITÉRIO DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 12 DE SETEMBRO DE 2019 – RESOLUÇÃO DA EXPROPRIAÇÃO E POSSE ADMINISTRATIVA – MORADA DOS PROPRIETÁRIOS** – Presente a seguinte informação: “A Câmara Municipal, em reunião realizada no passado dia 12.09.2019, deliberou requerer ao membro do Governo competente a **declaração de utilidade pública da expropriação e autorização de posse administrativa** da totalidade do imóvel necessário à construção do novo cemitério de Briteiros Santo Estêvão, sito na Rua Santo Estêvão, da União das Freguesias de Briteiros Sto. Estêvão e Donim, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º 920/20080827/Briteiros Sto. Estêvão e inscrito na matriz predial urbana daquela freguesia sob o artigo 95º, propriedade de Esperança Graciosa Alves Gonçalves e de Parcídio Josué Alves Gonçalves, com usufruto em nome de Maria Emília da Silva Alves Fonseca. Remetido o processo à DGAL, vem aquele organismo solicitar que seja retificada a resolução da expropriação, no sentido de que nela passe a constar as moradas completas dos proprietários. Desta forma, deverá submeter-se à decisão do órgão executivo a retificação da deliberação aprovada em 12.09.2019, devendo aquela deliberação ser complementada



com a morada dos proprietários do imóvel a expropriar e que é a seguinte: **Maria Emília da Silva Alves Fonseca** casada com Américo Vaz da Fonseca Gonçalves, com morada fiscal, e conforme referido pelo representante legal, na Rua do Cruzeiro n.º 180, Santo Estêvão de Briteiros, com o código postal 4805-481 Santo Estêvão de Briteiros, da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, concelho de Guimarães; **Parcídio Josué Alves Gonçalves**, solteiro, com morada fiscal, e conforme referido pelo representante legal, na Rua do Cruzeiro n.º 180, Santo Estêvão de Briteiros, com o código postal 4805-481 Santo Estêvão de Briteiros, da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, concelho de Guimarães; **Esperança Graciosa Alves Gonçalves**, solteira, com morada fiscal, e conforme indicado pelo representante legal, na Rua do Cruzeiro n.º 180, Santo Estêvão de Briteiros, com o código postal 4805-481 Santo Estêvão de Briteiros, da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, concelho de Guimarães; Assim, deverá submeter-se à aprovação da próxima reunião de Câmara a retificação da resolução de expropriar o imóvel sito na Rua de Santo Estêvão, da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, necessário à construção do novo cemitério de Briteiros Santo Estêvão, aprovada em reunião de Câmara realizada em 12.09.2019, passando a constar a morada completa dos proprietários. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** – Presente a seguinte proposta: “Por sentença proferida nos autos de ação administrativa especial que correu os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (proc.º n.º 315/14.0BEBRG), foi declarada a nulidade do processo disciplinar nº 2/2012, no qual foi aplicada a Carlos Gomes, por deliberação da Câmara Municipal de 31/10/2013, a pena de suspensão de 90 dias, suspensa na sua execução por um ano, pelo facto de

não terem sido inquiridas as testemunhas indicadas pelo trabalhador. Na mesma sentença condena-se o Município a proferir decisão de arquivamento do procedimento disciplinar instaurado, por não poder ser o mesmo legalmente renovado, absolvendo-se aquele trabalhador da pena disciplinar aplicada. Nestes termos, e em cumprimento da sentença proferida nos autos acima identificados, propõe-se o arquivamento do procedimento disciplinar referenciado e a absolvição do assistente operacional Carlos Gomes da pena disciplinar aplicada pela deliberação de 31/10/2013.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR.** -----

**RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO PARA CARGO DIRIGENTE - DESIGNAÇÃO DE JÚRI E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da alteração da organização dos serviços municipais aprovada pela Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019, submete-se a **aprovação da Câmara Municipal**, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, a **autorização de abertura de procedimento de recrutamento** para o cargo de chefe da Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação. Nos termos do disposto no artigo 13.º da referida Lei n.º 49/2012, a designação do júri de recrutamento é da competência da assembleia municipal, devendo ser composto por um presidente e dois vogais. De acordo com a mesma norma, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida





11.

preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. **Propõe-se que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal**, nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, a **seguinte composição do júri** para o recrutamento da referida chefia de divisão: Presidente: Maria Joana Rangel Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais efetivos: Maria Inês Figueiredo Dias Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Rui Miguel Lino Castro, chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes; Vogais suplentes: Dalila Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Serviços Urbanos, e Crisália Marcela Pereira Alves, coordenadora municipal da Proteção Civil. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano 2019, encontrando-se cabimentadas pela proposta de cabimento nº 324.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DO JÚRI.** -----

**RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência de aposentações verificadas em postos de trabalho que urge substituir, submete-se a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a autorização de recrutamento para os postos de trabalho seguidamente identificados: 1 coordenador técnico para o Serviço de Apoio Administrativo ao Departamento de Obras Municipais; 2 assistentes técnicos, sendo um para a Divisão de Apoio e Atendimento ao Munícipe, Departamento de Administração Geral, e outro para a Divisão de Contabilidade e Tesouraria,

integrada no Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico; 1 assistente operacional (apoio a topografia) para a Divisão de Estudos e Projetos, Departamento de Obras Municipais; 2 assistentes operacionais (jardins), para a Divisão de Espaços Verdes, integrada no Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1 assistente operacional (cemitérios) e 1 assistente operacional (limpeza) para a Divisão de Serviços Urbanos do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1 assistente operacional (eletricista) para a Divisão de Cultura, Departamento de Cultura e Turismo. Mais se propõe a autorização para a ocupação dos seguintes postos de trabalho, através de ofertas internas de mobilidade: 1 especialista de informática e 1 técnico de informática para a Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação, do Departamento de Administração Geral; 2 técnicos superiores (área da gestão ou administração pública) para o Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico, sendo um a afetar à Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos e outro à Divisão de Património Municipal; 1 assistente técnico para a referida Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos. Salienta-se que o recrutamento para os postos de trabalho será efetuado ao abrigo do Regulamento Interno em vigor, permitindo assim, por um lado, responder às expectativas dos trabalhadores que pretendam mudar de funções e para as quais detêm o perfil profissional adequado, numa ótica de desenvolvimento pessoal e profissional e, por outro lado, a satisfação de necessidades dos serviços, bem como a afetação e reafetação de recursos do mapa de pessoal em razão da necessidade de prossecução dos objetivos das unidades orgânicas. A correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 324/2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO –**



L.  
m

**ARQUITETURA** - Presente a seguinte proposta: “Na sequência da aprovação do mapa de pessoal para 2019 e do despacho n.º 2228/2019, publicado na 2ª série do Diário da República em 05/03/2019, que aprovou o mapa anual global de recrutamentos, e atendendo à necessidade de reforço da equipa técnica na área da Divisão do Centro Histórico, manifestada em informação datada de 08/10/2019, submete-se a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a autorização de recrutamento para um técnico superior – Arquiteto. Existindo reserva de recrutamento interno constituída, dado que se encontra ainda válida a lista de ordenação final homologada em 05/12/2018 e publicitada em Diário da República em 20/12/2018, recorrer-se-á a esta lista para o provimento do posto de trabalho. A correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 324/2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE FINS ESPECÍFICOS QUADRILÁTERO URBANO - CONTRAPARTIDA NACIONAL** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães, como membro da Associação de Fins Específicos Quadrilátero Urbano, participa em regime de parceria nos seguintes projetos: **1. Bilhética Integrada do Quadrilátero Urbano:** Esta ação terá de, obrigatoriamente, integrar os operadores de transporte público, com a introdução de equipamentos abordo das viaturas e software, de modo a permitir a implementação desta solução e a respetiva repartição da receita. Para além disso é necessário criar títulos de transporte multimodais que sejam reconhecidos pelos diferentes operadores. Para operacionalizar o sistema, é necessário adquirir máquinas de venda automática de títulos de transporte; **2. Sistemas de Informação em Tempo**

**Real:** A implementação de um sistema de informação nos locais de embarque (interfaces e paragens) deverá ser inerente a disponibilização nos interfaces placards eletrónicos de informação relativa ao serviço de transportes públicos em tempo real, devendo ser prevista a montagem de um sistema back office que permita a gestão da informação. As principais paragens de autocarro deverão ser apetrechadas com painéis eletrónicos em postes ou nos abrigos com informação em tempo real acerca do serviço das diferentes linhas que aí passam, nomeadamente, a identificação, hora de chegada ou tempo do próximo serviço, por carreira;

**3. Cooperative Streets (C Streets):** Projeto de desenvolvimento e implementação do MAP (Minho Access Point). É em parceria com o IMT em candidatura nacional à Comissão Europeia que possibilitará a criação do Minho Access Point, um ponto de recolha de todo o tipo de informação relativa a mobilidade (estacionamento, transporte, modos suaves, etc.). No passado dia 6 junho de 2019, o Grant Agreement (GA) do Projeto Cooperative Streets foi assinado, em Eindhoven (Holanda), pelo Diretor Geral da INEA e pelo Ministério das Infraestruturas e da Habitação, representado pelo Presidente do IMT, durante o European ITS Congress. A Associação Quadrilátero é parceira do IMT nesta candidatura nacional, com um projeto de desenvolvimento e implementação do MAP (Minho Access Point). Nos termos das calendarizações e do mapa de participações municipais do orçamento para 2019 e anos seguintes, impõe-se que o município assuma a respetiva transferência de verbas para a Associação de Fins Específicos Quadrilátero Urbano conforme quadro seguinte: -----

Candidaturas	Contrapartida Municipal 2019	Contrapartida Municipal 2020	Contrapartida Municipal 2021	Contrapartida Municipal 2022	Contrapartida Municipal 2023
	Capital	Capital	Capital	Capital	Capital

L.  
M

Bilhética Integrada do Quadrilátero Urbano	Acompanhamento da implementação da candidatura	0,00 €	2.721,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Estudo do Modelo Tarifário	2.764,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Estudo de Definição do Modelo Institucional da Entidade Responsável pela Gestão do Sistema de Bilhética Integrada do Quadrilátero Urbano	3.392,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Aquisição de bens/ equipamento (software informático) para implementação da plataforma tecnológica do sistema	0,00 €	13.838,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Aquisição de bens/ equipamento (software informático) para implementação da plataforma tecnológica do sistema	0,00 €	11.185,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Aquisição de outros serviços (alojamento online de informação) para implementação da plataforma tecnológica do sistema	0,00 €	2.768,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub total	6.156,00 €	30.512,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sistemas de Informação em Tempo Real	Aquisição e instalação de painéis informativos (Guimarães)	0,00 €	22.094,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Aquisição e instalação de painéis informativos (VN Famalicão)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Aquisição e instalação de painéis informativos (Barcelos)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sistema de Encaminhamento para Parques Estratégicos de Vila Nova de Famalicão (aquisição e instalação de painéis informativos)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sistema de informação em tempo real do estacionamento de Guimarães (aquisição e instalação de painéis informativos)	0,00 €	36.146,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sistema de gestão do tráfego urbano de Braga (aquisição e instalação de painéis informativo)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Sub total	0,00 €	58.240,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Cooperativa Streets (C Streets)	Projeto de desenvolvimento e implementação do MAP (Minho Access Point) - Parceria com o IMT em candidatura nacional à Comissão Europeia que possibilitará a criação do Minho Access Point, um ponto de recolha de todo o tipo de informação relativa a mobilidade (estacionamento, transporte, modos suaves, etc.) e envio ao Ponto Nacional (NAP)	0,00 €	65.634,00 €	65.634,00 €	65.634,00 €	21.878,00 €
TOTAL		6.156,00 €	154.386,00 €	65.634,00 €	65.634,00 €	21.878,00 €

Considerando que esta comparticipação implica despesas plurianuais, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere aprovar, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a repartição de

encargos acima descrita, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 24.º do Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2019. Mais se informa que esta despesa tem o cabimento n.º 6546 datado de 3/12/2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Vereador Ricardo Costa não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CIM DO AVE - CONTRAPARTIDA NACIONAL –**

Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães, como membro da Comunidade Intermunicipal do AVE (CIM do Ave) e por deliberação de 4 de outubro de 2018, aprovou a comparticipação municipal nos projetos PIICE, na Rota do Românico e no Caminho de Santiago – Torres. No âmbito dos avisos de abertura de candidaturas publicados no corrente ano foram incluídos os seguintes Aos projetos com execução em 2020: **1. Cultura para todos:** No âmbito do programa operacional NORTE 2020, o programa *Cultura para Todos* está integrado no Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Ave (PDCT do Ave), integra a prioridade de investimento 9.1 – “Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade” (FSE) e tem como objetivo “Promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de carácter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla gama de entidades, designadamente destinadas a incentivar o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, em especial, de desempregados e desempregados com desvantagens no acesso ao mercado de trabalho”. A nível intermunicipal, a CIM do Ave desenvolverá um projeto que contribuirá para o combate ao insucesso escolar através de medidas de promoção da inclusão social e não discriminação dos alunos, através de



11.

atividades culturais. Este projeto será implementado durante o ano letivo 2020/2021, e no final do ano (letivo) será realizada uma mostra / evento público para apresentar os produtos finais de ambos os projetos; **2. Plano para o crescimento inclusivo:** O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos dois anos pela Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito do Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave, tem sido muito relevante. O Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave tem consolidado uma importante experiência na concertação e articulação entre os atores regionais representativos dos sistemas de educação, de formação, do sector empresarial e comercial, dos municípios, de entidades de desenvolvimento local e regional e de Instituições do ensino superior. O PIICIE do Ave consubstanciou algumas das ações que vinham já a ser desenvolvidas pela CIM do Ave no âmbito do Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave, nomeadamente no eixo da educação e empreendedorismo. Contudo, o Plano Supramunicipal para o Crescimento Inclusivo do Ave abrange áreas que continuaram a ser trabalhadas numa perspetiva complementar a uma estratégia aprovada e adotada pela região do Ave, onde tem havido uma dinâmica muito própria à volta destas problemáticas/temáticas, tendo o Ave vindo a ser referenciado como uma região de carácter inovador, com projetos-piloto que são, no momento, uma referência para outras sub-regiões. As ações a desenvolver em 2020 no âmbito do Plano para o Crescimento Inclusivo do Ave são a Rede de Centros Qualifica do Ave, Rede de Psicólogos do Ave, Rede de Inovação Social e outras atividades a desenvolver no âmbito do Plano Supramunicipal para o Crescimento Inclusivo do Ave; **3. Proteção Civil e Brigadas de Sapadores:** Riscos Proteção contra risco de incêndios. Pretende-se com esta operação aumentar a resiliência das populações e da região do Ave e a sua capacitação, com vista à diminuição de assimetrias e ao reforço da coesão territorial, por via da

resolução de fragilidades ao nível dos riscos de perda dos recursos e património do território, de forte carácter identitário, bem como na salvaguarda das suas populações. Simultaneamente, e por todo o património ora retratado será também, esta região, um destino turístico de excelência. Assim, as ações apresentadas na presente candidatura caracterizam-se pelo foco na proteção contra riscos de incêndios, quer seja através da aquisição de equipamentos destinados à diminuição do número de ignições, quer seja através das campanhas de sensibilização para o uso destes equipamentos e às vantagens aos mesmos inerentes. A CIM do Ave dispõe de uma brigada de sapadores florestais, que tem como propósito atuar no âmbito “da instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, nas ações de consolidação e pós-fogo, bem como nas ações de estabilização de emergência”. As brigadas de sapadores florestais surgem na sequência da candidatura aprovada junto do Fundo Florestal Permanente, que previa a criação de 100 novas equipas de sapadores florestais distribuídas um pouco por todo o país. A criação das brigadas de sapadores florestais constitui uma medida com a qual se procura um ganho de escala através de intervenções de cariz intermunicipal e têm como âmbito prioritário de intervenção a instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios, nas ações de consolidação e pós-fogo, bem como nas ações de estabilização de emergência. Nos termos das calendarizações e do mapa de comparticipações municipais do orçamento para 2020, impõe-se que o município assuma a respetiva transferência de verbas para a CIM do AVE relativamente às seguintes candidaturas: -----

Candidaturas	Contrapartida Municipal 2020	
	Corrente	Capital
PIICE	94.966,86 €	0,00 €
Rota do Românico	8.928,42 €	10.471,60 €





L.

fr

Caminho de Santiago - Torres	2.860,04 €	21.204,59 €
Cultura para Todos	5.007,99 €	0,00 €
Plano para o Crescimento Inclusivo	29.113,92 €	0,00 €
Proteção Civil	0,00 €	10.981,53 €
Brigada de Sapadores	46.854,54 €	0,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>187.731,77 €</b>	<b>42.657,72 €</b>

Mais se informa que esta despesa será cabimentada em janeiro de 2020.”  
**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. A Vice-Presidente da Câmara assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA DIREÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 19 de outubro de 2017, a Câmara Municipal aprovou designar como **Presidente da Direção da COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS**, o Vereador desta Câmara Municipal, Dr. Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa. Tendo sido solicitado pelo referido Vereador a sua saída da Direção da Cooperativa, torna-se necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, um novo representante do Município naquele órgão social. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho, que seja designado como **Presidente da Direção** da Cooperativa, José Alexandre Maia Freitas, mantendo-se a designação dos representantes do Município nos restantes órgãos sociais da Cooperativa (Assembleia Geral e Conselho Fiscal) aprovada pela mencionada deliberação de Câmara.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com seis votos a favor e quatro em branco.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA FRATERNA - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA DIREÇÃO** – Presente a seguinte

proposta: “Por deliberação de 19 de outubro de 2017, a Câmara Municipal aprovou designar a Dr.<sup>a</sup> Marta de Abreu Coutada como **Presidente da Direção da COOPERATIVA FRATERNA**. Tendo sido solicitado pela Dr.<sup>a</sup> Marta de Abreu Coutada a sua saída da Direção da Cooperativa, torna-se necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, um novo representante do Município naquele órgão social. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja designada como **Presidente da Direção da Cooperativa**, a Vereadora da Câmara Municipal com competências na área da Ação Social, Dr.<sup>a</sup> Paula Cristina dos Santos Oliveira, mantendo-se a designação do representante do Município no respetivo Conselho Fiscal aprovada pela mencionada deliberação de Câmara.” **DELIBERADO, POR ESCRUTINIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com seis votos a favor e quatro em branco.** -----

**TRÂNSITO – AUTORIZAÇÕES PROVISÓRIAS DE OPERADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE PASSAGEIROS** – Presente a seguinte proposta:

“Considerando que, i. A entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), bem como do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, alterado pelo Regulamento (UE) 2016/2338 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2016 (Regulamento) conformou uma profunda reforma no modelo jurídico do mercado dos serviços de transporte público, nos termos da qual todos os operadores do mercado de transporte, sujeitos a obrigações de serviço público, com compensação financeira em razão daquelas obrigações e/ou atribuição de direito exclusivo passam a estar abrangidos pela obrigação de celebração de contrato de serviço público com as autoridades de transportes competentes, nomeadamente as



autoridades de nível local. ii. Os referidos contratos de serviço público devem ser precedidos de procedimento de contratação pública, nos termos do artigo 18.º do RJSPTP, conjugado com o artigo 5.º do Regulamento, bem como com o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que procede à transposição de diretivas europeias no domínio da contratação pública. Assim, nos termos do regime jurídico em vigor, a seleção de qualquer operador que preste serviços públicos de transporte de passageiros que incluam obrigações de serviço público e respetivas compensações e/ou atribuição de direitos exclusivos deve ser efetuada por procedimento concursal, aberto, imparcial, transparente e não discriminatório. iii. Nos termos do disposto nos artigos 10.º e 11.º do regime transitório da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóveis (RTA), revogado por aquele diploma, “mantêm-se em vigor até ao final do respetivo prazo de vigência ou até 3 de dezembro de 2019, consoante a data que ocorrer primeiro” e “não podendo o respetivo prazo de vigência terminar, em caso algum, após 3 de dezembro de 2019”; iv. Ao abrigo dessas normas legais, o Sr. Presidente da Câmara, decidiu, por despacho de 7 de novembro de 2019, autorizar provisoriamente as empresas ARRIVA Portugal – Transportes, Lda., Transdev Norte, SA e TUG – Transurbanos de Guimarães – Transportes públicos, Lda. a explorar, respetivamente, um conjunto de linhas de serviço público de transporte de passageiros, nos termos e condições que lhes foram devidamente notificados; v. Por esse motivo, os referidos Operadores de serviço público exploram atualmente um conjunto de linhas de transporte público rodoviário regular de passageiros ao abrigo de autorizações provisórias atribuídas pela Câmara Municipal de Guimarães nos termos

previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, e cujo prazo termina em 2 de dezembro de 2019, nos termos da mesma disposição legal; vi. O Governo decidiu promover a alteração do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, por entender que não será possível assegurar a conclusão (incluindo adjudicação) de todos os procedimentos concursais para a celebração de contratos de serviço público nos termos do RJSPTP, antes da data da caducidade das autorizações provisórias que vigoram no período de transição estabelecido pelo RJSPTP, isto é, antes de 3 de dezembro de 2019; vii. Nessa medida, o Conselho de Ministros, na sua reunião de 21 de novembro de 2019, aprovou o Decreto-Lei n.º 169-A/2019, que altera o regime de autorização para a manutenção do regime de exploração a título provisório, no âmbito do transporte público coletivo de passageiros, o qual produz efeitos a partir desse mesmo dia 21 de novembro de 2019, desde que tenham sido, comprovadamente, iniciados os procedimentos pré-contratuais de seleção de operadores de serviço público ou contratualização de serviços públicos de transportes, através da aprovação de peças de procedimento e submissão a parecer da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), não excedendo o prazo máximo de 2 anos. Viii. Resulta do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 169-A/2019, de 29 de novembro de 2019, a alteração ao n.º 3 do artigo 10.º passando a constar "Quando tenham sido, comprovadamente, iniciados os procedimentos pré-contratuais de seleção de operadores de serviço público ou de contratualização de serviços públicos de transportes, incluindo transporte escolar quando incida em transporte público, através da submissão das peças de procedimento a parecer da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), nos termos na alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio, na sua redação atual, antes de 3 de dezembro de 2019, as autoridades de transportes podem determinar a



1..

*[Handwritten signature]*

prorrogação dos instrumentos contratuais e das autorizações provisórias em vigor, até à conclusão dos mesmos procedimentos e não excedendo o prazo máximo de dois anos, de forma a assegurar a manutenção do serviço público de transporte de passageiros, sem risco de interrupção ou interrupção efetiva." ix. Assim, foi alterado o regime transitório constante da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, permitindo que se possam prorrogar os atuais títulos habilitantes do transporte rodoviário de passageiros – as autorizações provisórias, contratos de serviço público, nos termos latos admitidos – se, previamente a tal prorrogação, for iniciado o procedimento de seleção de novo operador de transporte de passageiros, procedimento que se inicia com a aprovação das peças procedimentais e submissão a parecer prévio vinculativo por parte do regulador setorial, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT); x. Tendo a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovado as peças procedimentais, respetivamente nos dias 12 e 27 de setembro de 2019, para o lançamento do concurso público para seleção de novo operador de transporte de passageiros com o qual irá celebrar um contrato de serviço público, e tendo estas sido remetidas para parecer prévio vinculativo da AMT, a 12 de novembro último, como resulta do comprovativo que se anexa; xi. Considerando que, após a celebração do contrato, o futuro Operador iniciará o período de transição inicial, após o que entrará o período de exploração, previsivelmente durante o ano de 2020; xii. Mas que, contudo, até entrar em funcionamento será necessário assegurar a continuidade do serviço público de transporte de passageiros que vem sendo prestado pelos Operadores em exercício, o que pressupõe recorrer ao mecanismo criado pelo Decreto-Lei n.º 169-A/2019 agora publicado; xiii. Que a próxima reunião de Câmara se encontra agendada apenas para o dia 9 de dezembro de 2019, data essa após o último dia em que se encontram válidas as

autorizações emitidas – 2 de dezembro, sendo essencial para a manutenção do serviço que a prorrogação das autorizações provisórias ocorra antes dessa data; xvi. Importa a prorrogação dos instrumentos contratuais e das autorizações provisórias em vigor, até à conclusão dos procedimentos e não excedendo o prazo máximo de dois anos; xv. Atento o exposto, estão verificadas as condições para, de forma excecional e pela manifesta urgência da decisão a proferir, que nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prorrogar as autorizações provisórias, sendo que a decisão deverá ser remetida à primeira reunião do Executivo Municipal subsequente. Assim, ao abrigo e para os efeitos dos artigos 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação mais recente, deverá ser ratificado, na próxima reunião do Executivo Municipal o aludido despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 7 de novembro de 2019, que decidiu autorizar provisoriamente as empresas ARRIVA Portugal – Transportes, Lda., Transdev Norte, SA e TUG – Transurbanos de Guimarães – Transportes Públicos, Lda., a explorar, respetivamente, um conjunto de linhas de serviço público de transporte de passageiros, nos termos e condições que lhes foram devidamente notificados; E, na presente data, ser determinada, ao abrigo das mesmas disposições legais, que deverá, igualmente, ser ratificado na próxima reunião do executivo municipal. i. A prorrogação das autorizações provisórias emitidas ao operador de transportes públicos ARRIVA Portugal – Transportes, Lda., até à conclusão do procedimento de concurso público e entrada em funcionamento do operador a que venha a ser adjudicado, tendo por limite um prazo de 2 anos; ii. A prorrogação das autorizações provisórias emitidas ao operador de transportes públicos Transdev Norte, SA, até à conclusão do procedimento



L.

pe

de concurso público e entrada em funcionamento do operador a que venha a ser adjudicado, tendo por limite um prazo de 2 anos; iii. A prorrogação das autorizações provisórias emitidas ao operador de transportes públicos TUG – Transurbanos de Guimarães – Transportes Públicos, Lda. até à conclusão do procedimento de concurso público e entrada em funcionamento do operador a que venha a ser adjudicado e tendo por limite um prazo de 2 anos. À consideração superior.” Os despachos do Presidente da Câmara de 7 de novembro e 2 de dezembro de 2019, o pedido à Autoridade de Mobilidade e Transportes, de emissão de pronúncia prévia favorável às peças que compõem o concurso público, bem como as autorizações emitidas, dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTEÇÃO CIVIL – ADENDAS AOS PROTOCOLOS “CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE”** – Presente a seguinte proposta: “Em 16 de fevereiro de 2011 foram celebrados protocolos tripartidos entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Câmara Municipal de Guimarães (CMG) e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e das Caldas das Taipas, ratificados, respetivamente, por deliberações da Câmara Municipal de 15 de setembro de 2011 e de 28 de julho de 2011, destinados a regulamentar as condições de contratação e manutenção pelas associações de elementos que integrarão as Equipas de Intervenção Permanente (EIP). Nesse protocolo, na sua cláusula sexta, é definida a remuneração base mensal e a forma de atualização dessa remuneração e, na sua cláusula sétima, é definido que a ANEPC e CMG deverão conceder às AHB o apoio financeiro necessário para suportar os custos com os vencimentos e correspondentes encargos, bem como com os seguros dos elementos contratados, atribuídos mensalmente a título de

subsídio. Reconhecendo que os bombeiros que integram as EIP têm conhecimentos e valências que lhes permitem dar resposta adequada nas diferentes missões, em ocorrências cada vez mais exigentes e complexas, e com o objetivo de criar condições para a sua valorização, foi assinado, no passado mês de abril, um novo protocolo entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Liga de Bombeiros Portugueses, que se anexa. Na cláusula terceira deste último Protocolo, consta que a partir de 1 de julho de 2019 a remuneração dos elementos que integram as EIP passa a corresponder ao nível 6 da tabela remuneratória aplicável à administração pública, estando previsto, na cláusula quarta, a celebração de adendas ao Protocolo sempre que seja alterado o valor da remuneração e de outros encargos. Entretanto, as adendas aos Protocolos (Guimarães e Taipas) foram assinadas pelas partes, implicando um aumento da despesa associada aos encargos financeiros assumidos pelo Município, pelo que se submete à consideração superior que a Câmara Municipal ratifique as adendas aos Protocolos, que se anexam.” O protocolo celebrado entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Liga de Bombeiros Portugueses, bem como as adendas celebradas com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e Taipas, dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - PROTEÇÃO CIVIL – FESTAS NICOLINAS - “CORTEJO DO PINHEIRO “ - POLICIAMENTO E PRE-POSICIONAMENTO DE MEIOS DE SOCORRO –** Presente a seguinte informação: “A Lei nº 80/2015, de 3 de Agosto (Lei de Bases da Proteção Civil) e a D.L. Nº114/2011, de 30 de Novembro (Enquadramento da Proteção Civil no Âmbito Municipal), e do Plano Municipal de Emergência de Guimarães, define nos seus objetivos e





h.  
m

domínios de atuação, designadamente de riscos e ocorrências de catástrofes, a análise permanente de vulnerabilidades municipais e planeamento de solução de emergência. No âmbito da aplicação do preceituado e decorrente da celebração académica das Festas Nicolinas, que acarreta a concentração de milhares de pessoas e que, apesar de todas as medidas preventivas de segurança (disciplinação de trânsito, limitação de acessos, entre outros), registam-se situações de risco. Para este efeito recorreu-se aos serviços da Polícia de Segurança Pública no que concerne aos cortes de trânsito e policiamento/acompanhamento do "Cortejo do Pinheiro", na noite de 29 para 30 de novembro de 2019. Como complemento do acima referenciado, e para que o mesmo decorra com a maior normalidade possível, é necessário, também, um serviço preventivo de pré-posicionamento e meios de socorro, serviço que deverá ser assegurado pela corporação local de bombeiros, atendendo à sua natureza essencial e obrigatória. Atentas as razões apresentadas, foi requisitado o serviço de policiamento e pré-posicionamento de meios de socorro, cujo valor total importou em €2.352,40 (conforme requisições externas contabilísticas n.ºs 7393/119 com valor de €1.727,50 e 7388/19 com o valor de €624,90). Neste sentido, coloco à consideração superior que seja apresentada uma proposta ao executivo municipal, para aprovação, por ratificação, do apoio financeiro à Comissão de Festas Nicolinas 2019, ao abrigo do n.º 6 do artigo 2º do Regulamento nº. 606/2010, uma vez que estas verbas não foram previstas na proposta já aprovada para o apoio financeiro a esta comissão. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 21 DE SETEMBRO DE 2018 COM A EMPRESA CARLOS & NUNO CUNHA, LDA –** Presente a seguinte informação: "A empresa **CARLOS & NUNO CUNHA,**

**LDA.**, representada por **CARLOS ALBERTO MENDES DA CUNHA**, na qualidade de gerente vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 06/09/2018, cujo contrato foi celebrado em 21/09/2018, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 1 para 3 anos, mantendo-se o valor de investimento e postos de trabalho propostos no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **61%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **CARLOS & NUNO CUNHA, LDA.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



L.

fu

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 02 DE NOVEMBRO DE 2017 COM A EMPRESA “LUMATEX INDÚSTRIA TÊXTIL, LDA.”** – Presente a seguinte informação: “A empresa “LUMATEX INDUSTRIA TÊXTIL, LDA.”, representada por António Manuel Ferreira Leite, na qualidade de gerente vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 19/10/2017 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 02/11/2017, requerer a redução a redução do valor de investimento e dos postos de trabalho inicialmente contratualizados, mantendo-se no entanto o prazo de implementação definido no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **66%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa “LUMATEX INDUSTRIA TÊXTIL, LDA.”, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação

da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**EDUCAÇÃO – DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA** - Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, os Agrupamentos de Escolas do Vale de S. Torcató e Arqueólogo Mário Cardoso vêm solicitar apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se tratam de crianças provenientes de agregados familiares em situação de grave vulnerabilidade económica e social. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em observância do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a anulação das dívidas no valor de €218,44, respeitantes a dois alunos. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – NÚCLEO DE ENGENHARIA E GESTÃO INDUSTRIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Núcleo de Engenharia e Gestão Industrial da Universidade do Minho solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos participantes, no dia 27 de novembro, a Lordelo. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do evento “Industry HUB” que irá contar com cerca de 10 participantes provenientes de toda a Europa e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por



L1.

despacho datado de 21 de novembro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se a ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Professor João de Meira solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o transporte dos alunos, no dia 10 de dezembro, à Plataforma das Artes. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da atividade “Reino das Neves” e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho de 25 de novembro de 2019 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – NOVEMBRO DE 2019** - Presente a seguinte informação: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta

anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA – PROPOSTA DE ALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE DUAS HABITAÇÕES EM ALOJAMENTO CONVENCIONAL E UMA VAGA EM RESIDÊNCIA PARTILHADA MASCULINA -**

Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA., remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de duas habitações em alojamento convencional e uma vaga em residência partilhada masculina, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 3 de dezembro de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA – SUBSÍDIO MUNICIPAL AO**

**ARRENDAMENTO** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPessoal, Lda., remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de aprovação de 31 candidaturas ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 3 de dezembro de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da entidade. -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR (ANO LETIVO 2019/2020) - REGULAMENTO MUNICIPAL**

**PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE** – Presente a seguinte informação: “A Constituição da República Portuguesa define que o “Estado promove a democratização da



L.

educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva.” (n.º 2 do art.º 73.º). Observando a realidade social de Guimarães, e assumindo-se que o acesso à educação e qualificação profissional não pode estar dependente das diferenças económicas e sociais dos cidadãos, passou a estar contemplada no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que entrou em vigor a 21 de dezembro de 2017 e foi republicado a 23 de julho de 2019, a possibilidade de atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes do ensino superior provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo assim para a formação de quadros técnicos superiores em Guimarães e, deste modo, promovendo um maior e mais equilibrado desenvolvimento social, económico e cultural do concelho. Neste contexto, foram apresentadas 220 candidaturas à Divisão de Ação Social, no período temporal compreendido entre 1 de setembro e 31 de outubro de 2019 (ponto 2 do artigo 27º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade). Realizado um estudo socioeconómico de todos os agregados familiares e a devida avaliação técnica dos processos em apreço, e depois de ordenadas as candidaturas que cumpriram os critérios para atribuição deste apoio (artigos 26º, 28º e 33º deste Regulamento), foram identificados 62 candidatos elegíveis para beneficiar deste subsídio, num montante, por Bolsa de Estudo, de €1.200,00 (mil e duzentos euros), de acordo com o previsto no artigo 29º do Regulamento referido, e em conformidade com o que seguidamente se

apresenta: -----

	Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. Per capita (€)
1	245952721	Leitões	20	Feminino	incapacidade 70%
2	239314417	Mesão Frio	21	Feminino	incapacidade 60%
3	259635812	Azurém	24	Masculino	R. D. Negativo (-135,30)
4	252650727	Polvoreira	22	Masculino	R. D. Negativo (-70,30)
5	272072931	S. Paio	21	Masculino	R. D. Negativo (-66,21)
6	248654080	Costa	20	Feminino	R. D. Negativo (-53,54)
7	292385145	Corvite	21	Feminino	R. D. Negativo (-52,68)
8	268998892	Abação	22	Feminino	R. D. Negativo (-34,12)
9	267914857	Abação	20	Feminino	R. D. Negativo (-34,12)
10	270263594	Brito	19	Feminino	R. D. Negativo (-26,33)
11	253518555	Conde	21	Masculino	R. D. Negativo (-24,72)
12	240294742	Caldelas	18	Masculino	R. D. Negativo (-17,86)
13	240294670	Caldelas	19	Masculino	R. D. Negativo (-17,86)
14	252009800	Urgezes	19	Feminino	R. D. Negativo (-13,87)
15	249267845	Barco	20	Feminino	2,14
16	227150465	Oliveira	22	Feminino	5,28
17	275446530	Selho. S. Lourenço	22	Feminino	11,92
18	246015900	Pinheiro	19	Feminino	17,17
19	252411471	Oliveira	18	Feminino	21,13
20	251556182	Creixomil	18	Feminino	25,15
21	251177360	Azurém	21	Masculino	25,62
22	259353957	S. Sebastião	20	Feminino	25,64
23	259353833	S. Sebastião	23	Masculino	25,64
24	253986613	Longos	18	Feminino	26,01
25	248014870	Fermentões	19	Masculino	26,10
26	258250348	Gondar	17	Masculino	28,59
27	259164585	Brito	19	Feminino	36,55
28	242986536	Ponte	20	Feminino	37,08
29	242986676	Ponte	18	Masculino	37,08
30	271525177	Candoso S. Tiago	21	Feminino	41,55
31	271732008	Ronfe	21	Feminino	41,83
32	250942712	Selho S. Cristóvão	20	Feminino	42,45
33	255683464	Creixomil	21	Feminino	48,49
34	275537072	Sande S. Lourenço	18	Feminino	50,22
35	250557096	Selho S. Jorge	20	Feminino	55,94
36	248106252	Ronfe	18	Feminino	62,44
37	238836932	Azurém	19	Feminino	65,84
38	256618828	Polvoreira	18	Feminino	65,86
39	259174807	Costa	22	Feminino	73,17





L.

*[Handwritten signature]*

	Nº Processo	Freguesia	Idade	Sexo	Rend. Per capita (€)
40	254258433	Candoso S. Tiago	18	Feminino	74,69
41	254258255	Candoso S. Tiago	20	Masculino	74,69
42	254402224	Gonça	21	Masculino	75,05
43	252913671	Ronfe	26	Masculino	75,63
44	245501436	Nespereira	19	Feminino	76,92
45	253086736	Selho S. Jorge	18	Feminino	77,75
46	261234617	Abação	21	Masculino	79,61
47	262983508	Vila Nova de Sande	20	Feminino	81,32
48	244301735	Ponte	19	Feminino	83,16
49	244301956	Ponte	24	Feminino	83,16
50	269869280	Airão Sta. Maria	19	Feminino	83,58
51	267206313	Costa	20	Feminino	86,35
52	228326931	Calvos	22	Feminino	89,96
53	241202426	Nespereira	17	Feminino	90,97
54	244743681	Infantas	19	Feminino	94,11
55	269913904	Mesão Frio	19	Feminino	96,43
56	237547384	Moreira de Cónegos	19	Masculino	96,80
57	253858690	Oliveira	23	Feminino	98,57
58	269870784	Brito	19	Feminino	102,11
59	251284352	Gondar	18	Masculino	103,72
60	270889264	Creixomil	18	Masculino	106,26
61	249157187	Creixomil	19	Feminino	106,34
62	256378614	Selho S. Jorge	18	Feminino	108,12

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea g) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão destes apoios aos requerentes, cujo valor total perfaz €74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos euros).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE ADAPTAÇÃO DE HABITAÇÃO** – Presente a seguinte informação: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na execução de obras de adaptação e instalação de equipamentos facilitadores da acessibilidade e da atividade funcional que consistem, designadamente, em retirar uma base da casa de banho e colocar outra ao nível do piso,

colocar um braço de apoio na sanita, refazer a entrada da casa de banho e instalar uma rampa em ferro e uma chapa em xadrez. Após análise desta candidatura e consequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

Processo	Freguesia	Rendimento P/capita	Nº elementos agregado	Situação p/ emprego	Comparticipação	Subsídio
178943592/19	Polvoreira	€222,28	5	CIT	75%	€960,00

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio à requerente, no valor de €960,00 (novecentos e sessenta euros) ao abrigo da alínea e) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – APOIO À ASSOCIAÇÃO “BECAUSE I CARE”** – Presente a seguinte proposta: “A Associação “Because I Care” assume-se como um grupo multidisciplinar e independente de pessoas que partilham a missão de desenvolver serviços de apoio para a promoção da saúde e bem-estar dos cuidadores, contribuindo para o seu equilíbrio cognitivo e emocional e minimizando, desta forma, os efeitos secundários da sobrecarga proveniente do ato de cuidar. Recentemente foi efetuada uma apresentação pública da Associação que realizou, entretanto, uma sessão de esclarecimento acerca do “Estatuto do Cuidador Informal”, no passado dia 23 de novembro. Para este efeito, a “Because I Care” remeteu a esta Câmara Municipal um pedido de apoio para o pagamento da verba associada ao aluguer do auditório da Cooperativa Fraterna, onde já tinha efetuado a respetiva pré-reserva. Considerando que o pedido da Associação



L.

PC

não nos chegou atempadamente para a devida aprovação prévia em Reunião de Câmara, e porque esta iniciativa concorre para os desígnios estratégicos plasmados no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo de Guimarães (2015-2020), venho agora submeter para ratificação a despesa associada à utilização do auditório da Fraterna, no dia 23 de novembro de 2019, no valor de €150,00 (cento e cinquenta euros), ao abrigo da alínea u) do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta:

“O Centro Social e Paroquial de Santa Eulália de Nespereira solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos e das crianças, nos dias 05, 12 e 16 de dezembro, ao Guimarães Shopping, ao Colégio de Sezim e ao CAE S. Mamede. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 20 de novembro de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** –

Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo de Ponte solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior, nos dias 24 de novembro e 8 de dezembro, a Famalicão e Celorico de Basto. Considerando que se tratam de deslocações que visam a participação da equipa no Campeonato Distrital da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Braga e não havendo inconveniente

para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despachos datados de 21 e 26 de novembro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DIVERSOS – REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES - ROSA MARIA DE OLIVEIRA MAGALHÃES –**

Presente a seguinte informação: “O Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121 em 26/06/2017, em vigor desde 27/06/2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “*...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho*”, definindo ainda o seu artigo 3º que “*para efeitos de aplicação do presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...*”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de 20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados a habitação própria e permanente dos beneficiários. Ao abrigo desta disposição legal, vem a Sra. **Rosa Maria de Oliveira Magalhães**, na qualidade de bombeira do quadro ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, solicitar o reembolso de 20% do IMI de 2018, pago durante o ano de 2019,



11.

respeitante ao seu prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Fermentões sob o artigo 1993-BB. De acordo com análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, a requerente reuniu as condições para a atribuição do Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Examinado o respetivo processo, e, conforme documentos apresentados, verifica-se que o seu domicílio fiscal corresponde à morada do prédio inscrito na matriz urbana da freguesia de Fermentões sob o artigo urbano 1993-BB, e comprova-se que no ano de 2019 foi pago o valor de total de €354,22 referente ao IMI de 2018. Assim, nos termos da alínea b), n.º 1 do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, a requerente tem direito ao reembolso de 20% IMI do prédio destinado à sua habitação própria e permanente, a que corresponde o valor de **€70,84** (setenta euros e oitenta e quatro cêntimos) referente ao ano de 2018. Em face do exposto, deverá submeter-se a aprovação da Câmara Municipal o reembolso de **€70,84** à bombeira voluntária **Rosa Maria de Oliveira Magalhães**, em cumprimento do referido Regulamento Municipal. A presente despesa encontra-se cabimentada sob a proposta de cabimento n.º 6498/2019, com o compromisso 7093/2019." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E VINTE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**

